



Reunião Ordinária do CONATRAE

Ata da ordem do dia 27 de janeiro de 2014

Brasília - DF

SECRETARIA DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Ata da Reunião Ordinária do CONATRAE

Data: 27/01/2014

1 Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze teve início a Reunião Ordinária do
2 CONATRAE, sob a Coordenação do Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra – Secretaria de Direitos
3 Humanos da Presidência da República. Estiveram presentes os seguintes participantes: Sra. Maria
4 do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
5 (SDH-PR) e Presidente da CONATRAE; Valdinei – Auditor Fiscal do Trabalho; Evaldo –
6 Procuradoria Geral da República; Xavier Jean Marie Plassat – Comissão Pastoral da Terra; Leandro
7 Sakamoto – Organização de Comunicação e Projetos Sociais; Luís Fabri – Vice-Coordenador da
8 Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Ministério Público do trabalho;
9 Silvana – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Alexandre – Ministério do
10 Trabalho e Emprego; Elias – CONTAG; Rogeni; Luiz Antônio Machado – Organização
11 Internacional do Trabalho; Ricardo Barretos – Vice-Presidente da Associação dos Magistrados
12 Brasileiros; João Guilherme Granja – Diretor do Departamento de Estrangeiros; Mércia – Instituto
13 Ethos; Judite – Servidora da CONATRAE; Ana Paula – Coordenadora COETRAE/CE.

14 **ABERTURA:** A Presidente da CONATRAE, Sra. Maria do Rosário Nunes (Ministra da Secretaria
15 de Direitos Humanos da Presidência da República) inicia a reunião ponderando que é um prazer
16 estarem reunidos às vésperas da data que é registrada luta de combate ao trabalho escravo no Brasil.
17 Cumprimenta a todos e arrazoá que a luta contra o trabalho escravo continua mobilizando a todos
18 mesmo com o passar do tempo, podendo afirmar que em vários momentos que a morosidade tem
19 elementos de injustiça para os Servidores Públicos que atual no combate ao trabalho escravo e para
20 todas as pessoas que sofrem essa marca no Brasil. Informa que há duas semanas ocorreu uma
21 operação muito importante no interior de São Paulo reunindo diferentes atores que libertou vários
22 trabalhadores em condições análogas a escravidão. Sugere a CONATRAE junto a Comissão de São
23 Paulo, que analisem essa operação, mapeando a situação das vítimas e propõe apenas a
24 CONATRAE que acompanhe a situação nos desdobramento para verificar de forma qualitativa
25 como as políticas são estruturadas para assegurar os direitos para os trabalhadores. A Sra. Maria do
26 Rosário Nunes cumprimenta a todos por mais uma data importante no enfrentamento ao trabalho
27 escravo no Brasil e discorre que ao longo da reunião será discutida uma série de temas que estão
28 previstos como a questão dos trabalhadores de embarcações, a defesa da votação da PEC. Pondera

29 que deve estar deixando a Secretaria de Direitos Humanos para voltar a Câmara dos Deputados e
30 ressalta que a CONATRAE tem a missão de erradicação do trabalho escravo e também de ser uma
31 estrutura de garantia de que a dimensão da exploração do trabalho permeie todas as relações de
32 poder no país. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Secretaria de Direitos Humanos da
33 Presidência da República) cumprimenta a todos e relata que a pauta está composta pela a abertura
34 da Ministra e pela apresentação do livro dos 10 anos da CONATRAE. Elucida que o livro foi
35 lançado durante o Fórum Mundial dos Direitos Humanos em dezembro, mas que houve um
36 problema, pois o caderno estava faltando entre as páginas 83 a 90. Articula que a segunda
37 impressão está com o texto completo e que já receberam 1.500 livros que estão disponíveis para
38 qualquer entidade. Informa que na Semana Nacional do Combate ao trabalho escravo haverá no dia
39 28 de janeiro: às 9h da manhã um ato em frente ao Superior Tribunal Federal lembrando os 10 anos
40 da chacina de Unai; às 14h de manhã o Ministério Público Federal celebrará o Dia Nacional de
41 Combate ao Trabalho Escravo, divulgando a sua campanha contra escravidão contemporânea; será
42 realizada uma oficina em Tocantins como o tema Trabalho Escravo no Tocantins; no Rio Grande do
43 Sul será lançado o Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo; em Goiás haverá uma
44 palestra sobre trabalho escravo na Escola Superior de Advocacia da OAB realizada pela Comissão
45 Estadual; no Espírito Santo será realizada a primeira reunião da Comissão Estadual para
46 Erradicação do Trabalho Escravo; no Maranhão será realizada a reunião da Comissão Estadual para
47 Erradicação do Trabalho Escravo; e no dia 03 de fevereiro será realizada a primeira Reunião da
48 Comissão Municipal do Município de São Paulo para Erradicação do Trabalho Escravo. O Sr.
49 Valdinei (Auditor Fiscal do Trabalho) convida a todos para participarem do ato em frente ao
50 Superior Tribunal Federal lembrando os 10 anos da chacina de Unai e contextualiza que houve o
51 julgamento dos assassinos e na próxima semana ocorreria em Belo Horizonte o julgamento dos
52 mandantes, mas infelizmente houve um liminar que suspendeu o julgamento para se discutir se o
53 julgamento deve voltar para Unai. O Sr. Evaldo (Procuradoria Geral da República) postula que o
54 Ministério Público Federal nos últimos três anos começou a focar a atenção dentre suas múltiplas
55 atribuições na questão do trabalho escravo, mediante duas vertentes: uma da repressão criminal,
56 porque o crime do Artigo 149 do Código Penal foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, da
57 competência da Justiça Federal, e outra em função do dever que o Ministério Público Federal tem
58 de zelar pela prestação de serviços públicos relevantes e pelo direito do cidadão. Arrazoa que
59 amanhã as às 14h no Memorial do Ministério Público Federal no bloco “B” será feito o lançamento

60 da campanha e o lançamento da cartilha feita pela PFSC sobre a repressão e o combate ao trabalho
61 escravo. Elucida que o Grupo de Trabalho de combate ao trabalho escravo presidido pela Sra. Clara
62 Noleto estará presente. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat (Comissão Pastoral da Terra) cumprimenta
63 a todos e agradece ao Dr. Evaldo, a PGR e a Segunda Câmara pelo empenho nos material destinado
64 aos imigrantes haitianos. Explana que estão junto com a Repórter Brasil, a Comissão Pastoral da
65 Terra e o *Walk Free* lançando hoje uma campanha de mobilização em torno defesa do conceito do
66 trabalho escravo através das redes sociais que está gravemente ameaçado pelas tentativas do setor
67 empresarial, principalmente ruralista, de aproveitar a finalização da discussão da PEC do confisco
68 da terra para barganhar a alteração substantiva da definição do trabalho escravo, que consistiria em
69 retirar o efeito no primeiro momento da PEC, e em um segundo momento pela alteração do Artigo
70 149. Discorre que o Brasil conseguiu içar sua definição acima do padrão mínimo básico definido
71 por Convenções da OIT que data mais de 60 anos, e que precisar de fato ser reinterpretado e até
72 reformulado. O Sr. Leonardo Sakamoto relata que não possui nada a complementar, apenas convida
73 a todos para participarem da campanha para a reafirmação simbólica da construção a respeito ao
74 conceito do trabalho escravo. O Sr. Luís Fabri (Vice-Coordenador da Coordenação Nacional de
75 Erradicação do Trabalho Escravo no Ministério Público do Trabalho) complementa que o conceito
76 colonial de trabalho escravo também não pressupunha a restrição de liberdade, pois existiam
77 exemplos de escravos domésticos que saiam para fazer compras. A Sra. Maria do Rosário Nunes
78 crê que poderiam como CONATRAE oficializar os cumprimentos ao Ministério Público Federal
79 pela campanha e da mesma forma as organizações que participam do Plano Nacional e até
80 internacional do enfrentamento ao trabalho escravo. Compreende que seria importante a
81 CONATRAE pensar em um documento com relação à estrutura coletiva sobre o conceito de
82 trabalho escravo. A Sra. Silvana (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho)
83 cumprimenta a todos e intui que essa iniciativa proposta é extremamente importante, pois a
84 ANAMATRA tem tentando ter uma atuação o mais presente possível no Congresso sendo que
85 existe a preocupação em não atuar em dissonância com os demais parceiros e ter uma linguagem
86 comum. O Sr. Alexandre (Ministério do Trabalho e Emprego) cumprimenta a todos e entende que a
87 proposta da Ministra é motivadora para o ano de 2014. Pondera que com relação a esse ponto, a
88 Secretaria de Inspeção do Trabalho para o ano de 2014 assumiu o compromisso de institucionalizar
89 o Movimento da Ação Integrada junto com a parceira da OIT. O Sr. Elias (CONTAG) cumprimenta
90 a todos e solicita informações de como anda a questão votação da PEC. O Sr. José Armando Fraga

91 Diniz Guerra ilustra que a PEC foi colocada em pauta no Plenário do Senado para discussão e
92 votação em primeiro turno, em que eram necessárias cinco sessões de discussão para que essa PEC
93 pudesse ser votada. Pondera que durante as sessões foi apresentada uma Emenda por cerca de 20
94 Senadores que inclui na PEC o texto definido em Lei: “às propriedades urbanas ou rurais, onde seja
95 encontrado trabalho escravo definido em Lei serão expropriadas”. Articula que há uma discussão
96 dentro do Senado se essa Emenda é uma Emenda de redação, e caso seja tomada como Emenda
97 redação pode se proceder à votação. Porém o Relator, Senador Aluísio Nunes do PSDB de São
98 Paulo entende que essa Emenda não é uma Emenda de redação, é uma Emenda de conteúdo, que
99 caso seja aprovada deve voltar para a posse da Câmara e reiniciar todo o trajeto. A Sra. Rogeni
100 cumprimenta a todos e postula que no final do ano passado foi publicada em uma TV do Governo
101 Brasileiro uma experiência chamada Rede Mandioca que foi criado no Maranhão, com início em
102 2005 no projeto chamado trilhas de liberdade que a CRS foi a coordenadora com o apoio do
103 Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Arrazoa que naquela época foi identificado que no
104 Maranhão duas comunidades possuíam um alto índice de aliciamento de trabalhadores para o corte
105 de cana em São Paulo e que, a partir de todo o trabalho em função da melhoria da produção e do
106 beneficiamento da mandioca, os grupos conseguiram diminuir essa mobilidade de trabalhadores da
107 comunidade. Sugere que nos processos se busque conhecer as experiências e perceber outra forma
108 além do sistema tradicional de qualificação profissional que se pauta na valorização da cultura local
109 e da economia solidária. A Sra. Rogeni registra que no final de 2013 o Governo Federal lançou
110 junto com o Ministério do Meio Ambiente o Programa Brasil+20, que é o programa que discute a
111 dimensão da sustentabilidade nos Municípios e entende que é fundamental enquanto CONATRAE
112 aproximar desse programa e participar dessas iniciativas que estão sendo discutidas pelo Ministério
113 do Meio Ambiente. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra explana que a respeito da sugestão da
114 Ministra, poderiam dentro do CONATRAE elaborar um grupo para trazer uma proposta de texto
115 sobre o conceito, usando como base a publicação feita em 2013. Colocam-se a disposição para
116 participarem do grupo: Instituto Ethos, ANAMATRA, CENAIDS, SIT, Repórter Brasil,
117 GPTEC/UFRJ e a CONAETE/MPT. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra esclarece que a
118 versão inicial será passada por *e-mail* e também por Ofício para todos os membros da CONATRAE
119 para que seja aprovada. A Sra. Maria do Rosário Nunes comenta que a sua proposta seria ter um
120 documento mais oficial da própria CONATRAE de sustentação do conceito que está sendo aplicado
121 e o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra esclarece que os membros do grupo farão o trabalho de

122 compilação, mas os membros da CONATRAE devem contribuir com sugestões para o texto. A
123 Ministra Maria do Rosário Nunes despedi-se de todos e deseja uma boa reunião a todos. O Sr. José
124 Armando Fraga Diniz Guerra segue para o próximo ponto de pauta sobre a apresentação da
125 Conferência Nacional sobre Imigração e Refúgio. Antes da apresentação, o Sr. Luiz Antônio
126 Machado lembra que a Conferência Internacional do Trabalho da OIT tem como tema central:
127 Trabalho Forçado, sendo que provavelmente haverá uma discussão dos avanços conceituais que
128 sairá uma recomendação ou qualquer outro instrumento orientador com relação à dignidade, a
129 degradância e os elementos do tráfico de pessoas que não se encontram nos normativos da OIT.
130 Relata que a proposta feita a CONATRAE foi de realizar um evento paralelo a Conferência para
131 levar a experiência brasileira no combate ao trabalho escravo. O Sr. José Armando Fraga Diniz
132 Guerra entende que seria interessante o grupo se reunir com rapidez, pois possuem um prazo
133 relativamente curto para que fosse apresentada a Minuta para na próxima reunião da CONATRAE
134 seja aprovada. O Sr. Valdinei esclarece que ação integrada não é uma qualificação dos egressos do
135 trabalho escravo, mas trabalha um ponto específico que é a eliminação que causa vulnerabilidades
136 desses egressos e arrazoa que há um predispor com as instituições que vem para o processo, em que
137 muitas deveriam estar e não estão, porque não se propõem a modificar os seus *modus operandi* para
138 receber esses trabalhadores. Ressalta que a ação integrada não é um programa de qualificação, mas
139 um programa que tenta eliminar a vulnerabilidade das pessoas através de um processo sistemático
140 criado no dia a dia com o único foco de trabalhar com instituições já pré-dispostas e trabalhar em
141 eliminar a vulnerabilidade dos trabalhadores com investimento. O Sr. José Armando Fraga Diniz
142 Guerra discorre que entendeu que a proposta da Ministra seria um acompanhamento a partir de um
143 resgate do que está acontecendo e o Sr. Xavier Jean Marie Plassat solicita ao Sr. José Armando
144 Fraga Diniz Guerra que se preocupe em analisar como que a Delegação Brasileira irá para a
145 próxima Conferência da OIT em Genebra. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra informa que
146 desde 2013 já estão tentando entrar em contato com a Assessoria Internacional quanto com o
147 Secretário de Inspeção do Trabalho do MTE, justamente para confirmação da Delegação. O Sr.
148 Ricardo Barretos (Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros) cumprimenta a todos
149 e articula que a AMB nesse começo de gestão está muito motivada com a importância da parte de
150 Direitos Humanos. Postula que se solidariza com os colegas do Sindicato Nacional dos Auditores
151 Fiscais do Trabalho e lamenta a demora no julgamento de uma ação de Unai que está há 10 anos em
152 processo e que, existe a grande necessidade de modificar realmente a Legislação que possui vários

153 recursos que trazem um sentimento de injustiça. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra dá as
154 boas-vindas em nome da CONATRAE ao Sr. Ricardo Barreto e desculpa-se pela indelicadeza de
155 não fazer a apresentação anteriormente. O Sr. Luís Fabri compreende que prescrição da pretensão
156 punitiva é uma bandeira que toda a sociedade deveria defender, não apenas a CONATRAE,
157 pensando em uma majoração da prescrição de determinados delitos e de determinadas pretensões. O
158 Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra entende que mais grave do que a prescrição da pretensão
159 punitiva é a prescrição da pretensão executória e que, devem apoiar a proposta de alteração da Lei
160 de Execuções Penais e a proposta de alteração do Código Penal, que está agora no Congresso
161 Nacional. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat externa a frustração muito séria que a CPT junto com o
162 CIDH possui com relação ao caso conhecido sobre o nome de caso Brasil verde, que está em
163 discussão com o governo brasileiro há dois anos, que em dezembro de 2003 ao ver perto de um
164 acordo possível por motivo bastante formalista não chegaram a assinar. Arrazoa que gostaria que a
165 Secretaria de Direitos Humanos e o Gabinete da Ministra examinem se possui alguma chance de
166 recuperar o estrago. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra discorre que a frustração é mútua,
167 tanto também da parte do Governo Federal do Estado Brasileiro da tentativa de acordo que nos
168 últimos momentos acabaram não se realizando, mas relata que será retomada desde já a negociação.
169 Segue para a apresentação que será feito pelo Sr. João Guilherme Granja sobre a Conferência
170 Nacional de Imigração e Refúgio. O Sr. João Guilherme Granja (Diretor do Departamento de
171 Estrangeiros) cumprimenta a todos e agradece pela oportunidade que lhe foi dada. Intui que a
172 Política Migratória Brasileira mostrou que há necessidade de uma aproximação estrutural e
173 estruturante entre as perspectivas da luta contra toda forma de exploração laboral e postula que o
174 equilíbrio atual das instituições que é um equilíbrio de fragmentação muito forte, e que quando são
175 confrontados com desafios de Política Pública que demanda articulação, como o desafio de
176 propiciar inserção social a um fluxo de imigrantes imprevistos, colocando diante de uma
177 necessidade de correr atrás de um prejuízo de muito tempo. Relata que o episódio específico da
178 chegada dos haitianos confronta a todos com uma realidade que é uma realidade mais complexa,
179 não apenas conjuntural, retomando um circuito de influxos e que, na Lei Imigratória de 1980 do
180 Estatuto dos Estrangeiros existem condutas do Estado Brasileiro com relação às migrações que são
181 muito difíceis de visualizar, muito difíceis de transformar em questões para a Política Pública.
182 Compreende que a realidade de intensificação de fluxos está se incorporando na realidade brasileira
183 e discorre que o um dos compromissos radicais é com a participação social das comunidades, sejam

184 elas brasileiras no exterior, seja com a comunidade daqueles imigrantes que o Brasil acolhe.
185 Pondera que esse compromisso tem três aspetos como uma quarta dimensão que é a dimensão
186 institucional da aproximação de todos os campos do serviço público brasileiro, criando pressões e
187 mostrando as contradições do silêncio histórico em torno da presença do imigrante. Articula que
188 várias violações de direitos são recorrentes sobre o ciclo de vida do imigrante no Brasil, sendo que o
189 desafio é propiciar o surgimento de uma Política Pública contra um déficit de atuação institucional.
190 O Sr. João Guilherme Granja articula que o Departamento Estrangeiro na Secretaria Nacional de
191 Justiça é uma das instituições que está passando por um realinhamento para criar novas
192 interlocuções, sendo que a primeira mais evidente é a parte do diagnóstico de precarização das
193 relações de trabalho, nas quais estão circunscritas uma parte significativa desses imigrantes e a
194 interlocução com as instituições que possuem esse compromisso. Postula que o autor do processo
195 da reflexão é um processo estruturado com a população que tem entre o seu público alvo uma
196 população com características muito sensíveis que são os próprios migrantes internacionais,
197 estrangeiros fixados no Brasil e informa que a Primeira Conferência Nacional sobre Migrações e
198 Refúgio será realizada em São Paulo em maio de 2014. Relata que enviará o plano e o projeto da
199 Conferência por *e-mail* para sintetizar a apresentação e que, estão em processo de participação da
200 Conferência desde o seu diagnóstico, localização dos municípios, das novas organizações, das
201 novas formas de representação de interesse dos imigrantes de novos atores que estão dialogando e
202 sendo ativadas pelas demandas sociais que são trazidas por essas novas migrações que acabaram
203 redesenhando um mapa institucional e um mapa de discussão social do diálogo social sobre
204 migrações. O Sr. João Guilherme Granja relata que a Conferência tem uma característica territorial
205 muito complexa por haver uma fixação heterogênea e que estão na fase de encontrar atores
206 institucionais parceiros nos Municípios e nos Estados que espontaneamente enxergam que essa
207 pauta está em seu campo de atuação. Explana que estão criando diálogos institucionais para revisar
208 suas práticas, a partir de um processo de participação e que estão exercendo uma pressão nos órgãos
209 administrativos, colegiados da matéria migratória, para propor uma atualização da normativa que é
210 estritamente vinculada ao tráfico de pessoas, que é a Resolução 93 do CNIg, Conselho Nacional de
211 Imigração, que tem baixa aplicabilidade. Pondera que o convite é para a participação não apenas
212 das entidades que representam a classe, mas também para as categorias e grupos sociais que
213 também fazem a sua representação. O Sr. Luís Fabri articula que em maio de 2014 é aguardado em
214 São Paulo a inauguração do Poupa Tempo do Imigrante, um espaço que abordará todos os

215 problemas desde a orientação jurídica até o abrigo provisório de trabalhador resgatado.
216 Informa que também conseguiram a regularização do RNNE e da CTPS e postula que estão falando
217 as razões de ordem humanitária para empolgar o combate ao trabalho escravo de estrangeiros, pois
218 vários estrangeiros trabalham das sete à meia noite, de segunda a sábado, ganhando R\$800,00 por
219 mês. A Sra. Silvana arrazoa que a ANAMATRA tem apoiado integralmente essas ações, e
220 principalmente em São Paulo possui no TRT uma ação institucional que são as Varas Itinerantes,
221 que tem participado desse processo e dos locais juntamente com outros parceiros deferindo
222 liminares de ações civis públicas no sentido de mudar a situação desses trabalhadores. Discorre que
223 possuem a Cartilha do Trabalho Internacional sobre o Direito do Trabalho e principais questões de
224 trabalho degradante e abordando as Convenções fundamentais da OIT. A Sra. Mércia (Instituto
225 Ethos) cumprimenta a todos e pondera que também é Secretária Executiva do Instituto Pacto, que é
226 uma iniciativa do setor privado, das organizações da sociedade civil e da OIT entre as empresas
227 nacionais e multinacionais buscando coibir, prevenir e erradicar o trabalho escravo na cadeia
228 produtiva nas grandes lojas de varejo. Entende que seria interessante participar da Conferência para
229 mostrar um pouco das iniciativas e o material que está sendo desenvolvido e que o programa
230 Guarulhos Protege seria uma iniciativa importante para ser apresentada. O Sr. Leonardo Sakamoto
231 comenta sobre o caso dos paraguaios que foram retirados do Paraná e entende que devem retomar a
232 ideia de tentar fazer um trabalho junto aos atores públicos ligados à questão da imigração para
233 deixar claro que a expulsão não é uma opção. O Sr. João Guilherme Granja compreende que a fala
234 do Sr. Fabri é muito emblemática do movimento e que existem vários pontos do Brasil que estão
235 cientes da sensibilização. Explana que São Paulo apresentou no final de 2013 um Plano sobre
236 imigração do Estado de São Paulo que prevê uma série de inovações institucionais, interessantes
237 para quem tem essa característica do poder estadual e que, o problema da fragmentação é um
238 problema muito evidente. Arrazoa que a desnaturalização do atendimento é responsável também
239 por esse processo de exclusão e compreende que o processo de capacitação é necessário para os
240 agentes que operam. Discorre que a operacionalização da conduta do atendimento imigratório com
241 o operador de segurança pública é peculiar ao Brasil, por reproduzir outras discussões com relação
242 ao diálogo dentro do sistema de Justiça. Com relação à sociedade civil, as parcerias e o
243 entendimento, saúda a disposição do Ethos e informa que vai estar no convite para todos os
244 membros o projeto mais formal da Conferência. O Sr. João Guilherme Granja postula que estão
245 trazendo a metodologia que o Governo Federal está aplicando e a metodologia de participação para

246 a COMIGRAR. Com relação aos comentários do Sr. Sakamoto, comunica que estão a disposição
247 para discutir sobre as capacitações e estão pensando nos problemas atuais, em que a Lei cuja
248 discussão da recepção, precisava ter sido feita há 15 anos. O Sr. Luís Fabri relata que devem
249 enfatizar bastante a questão econômica e a questão da concorrência leal para uma construção de
250 discurso. O Sr. João Guilherme Granja compreende que o Sr. Luís Fabri tocou em um ponto
251 fundamental que é a construção do discurso e que, o imigrante banalizado não representará um risco
252 a desestabilização da segurança pública. Articula que quando dão condições para o imigrante
253 documentar fica mais fácil entender quem daqueles imigrantes querem se manter invisível,
254 possivelmente por motivações que desafiam a segurança institucional. O Sr. Ricardo Barreto
255 explana que existe um problema relativo aos imigrantes estrangeiros que é dos chineses que não é
256 discutido, pois estão chegando aos milhares no país na maioria de forma irregular. Entende que
257 provavelmente a Polícia Federal está envolvida com esse tráfico de pessoas, porque não seria
258 possível passar tantos chineses de forma ilegal no aeroporto do Rio de Janeiro sem uma
259 cumplicidade de autoridades. Intui que a questão dos haitianos é uma preocupação, mas existem
260 outros grupos muito vulneráveis de estrangeiros que vivem em situação tão dramática quanto os
261 haitianos. O Sr. João Guilherme Granja discorre que o Sr. Ricardo Barreto tocou em um ponto que
262 na verdade já estruturava um nível de preocupação institucional mais profunda e explica que estão
263 em uma fase de tentar entender como o arranjo institucional brasileiro deve ser modernizado para
264 atender a preocupação vinculada a máfias dentro da própria população. Compreende que existe a
265 necessidade de discutirem sobre relação do órgão especializado migratório com setores
266 responsáveis pela segurança de fronteiras, no caso a Polícia Federal e os setores de defesa. Afirma
267 que a sua posição é continuar dialogando e enviar as provocações para todos para se envolverem nos
268 processos da Conferência, sobretudo no trabalho de revisão e de realinhamento que está sendo
269 promovido no Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça. O Sr. José Armando
270 Fraga Diniz Guerra agradece pela apresentação e discorre que por parte da Secretaria de Direitos
271 Humanos vão participar muito da Conferência, na não apenas com a pauta do trabalho escravo, mas
272 também com o Centro de Referência que tem acompanhado a demanda, principalmente dos
273 haitianos. Segue para o próximo item de pauta e a Judite (Servidora da CONATRAE) cumprimenta
274 a todos e arrazoia que uma semana antes da última reunião da CONATRAE, tiveram contato com
275 familiares que fizeram denúncias de violações de Direitos Humanos em navios de cruzeiros.
276 Informa que reativaram o GTTE que tem tido reuniões mensais e que tem tido reuniões semanais do

277 Núcleo Central. Arrazoa que sentiram a necessidade de convidar a ANVISA, a ANAMATRA, a
278 SPM e o MJ para participarem da discussão e que, receberam vários *e-mails* com outras denúncias
279 de ex-tripulantes e de familiares, que estão gerando outros dossiês. Comunica que possuem uma
280 reunião marcada para dia 04 de fevereiro para definir algumas ações mais específicas e que existe
281 uma Associação de Vítimas de Navios de Cruzeiro que pode ajudar o diálogo ficar mais fortalecido.
282 Postula que as ações basicamente têm girado em torno de quatro pontos, uma delas é uma
283 campanha com material informativo de prevenção e as outras são três publicações, uma para
284 identificar o perfil dos recrutados, um documento que tenham um nivelamento ou uma
285 harmonização de conceitos e uma publicação de uma força tarefa de atuação de intervenção em
286 alguns portos. Informa que também estão pensando em elaborar dois Seminários em 2014, um mais
287 interno para a CONATRAE para elaborar um manual e um Seminário aberto ao público para as
288 pessoas tomarem conhecimento sobre a situação. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra segue
289 para os informes finais e o Sr. Ricardo Barreto lembra que na Itália e na Marinha Mercante há um
290 grupo que faz pesquisas sobre a escravidão dos chineses e que realizaram uma reunião científica em
291 outubro de 2013, em que foi lançado um livro sobre a escravidão contemporânea com estudos
292 realizados em diversas partes do Brasil. Explana que é um trabalho interessante para as pessoas que
293 abordam sobre o que a Academia está pensando e o conceito. Lembra também que o Sr. Beto
294 Novaes tem feito vários filmes sobre a questão do trabalho na cana de açúcar e notifica que o
295 Conselho Federal de Medicina está querendo abordar em nível internacional sobre a lista dos
296 desaparecidos, sendo que reclamaram que o Ministério da Justiça não orienta os Delegados de
297 Polícia lançarem os nomes dos desaparecidos no *site*. A Sra. Ana Paula (Coordenadora
298 COETRAE/CE) cumprimenta a todos e informa que algumas COETRAEs do Brasil estão fazendo
299 eventos em todo o Brasil e que a representação do Ceará estará junto com a Secretaria Regional do
300 Trabalho e com os Auditores do Trabalho fazendo um evento alusivo ao dia, em que colocaram a
301 Secretaria Regional do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho e os Auditores para
302 fazerem um relato dos casos ocorridos no ano de 2013 no Ceará. Com relação à proposta da
303 Ministra, coloca a COETRAE/CE a disposição para realizar o diagnóstico, o mapeamento e o
304 acompanhamento e para fazer uma interlocução com as Universidades. Solicita que encaminhem
305 também para a COETRAE os documentos que serão socializados para distribuir para todos os
306 Estados as práticas positivas que foram realizadas. A Sra. Silvana complementa que realizaram três
307 Audiências Públicas sobre o trabalho dos trabalhadores embarcados, uma Rio Grande do Sul e duas

308 em Brasília e informa que o Senador Paulo Paim tem três projetos que estão sendo gestados nesse
309 sentido que merecem atenção. O Sr. Valdinei explana que o ato que será realizado em Mato Grosso
310 também possui um componente ruim, mas importante no contexto, que é a ameaça do irmão da Sra.
311 Cátia Abreu escreveu literalmente na sua defesa em uma fiscalização do combate ao trabalho
312 escravo em sua fazenda, que mostra um sinal claro de que a mancha da chacina de Unai para os
313 Auditores Fiscais do Trabalho é uma sombra que sempre os perseguirá. Comunica que o Mato
314 Grosso também está fazendo o ato para lembrar os 10 anos da chacina de Unai e convida
315 novamente a todos. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra relembra que amanhã 9h na Praça dos
316 Três Poderes na frente do Supremo Tribunal Federal haverá o ato marcando os 10 anos da chacina
317 de Unai, e às 14h no prédio da Procuradoria Geral da República Bloco “B” a campanha e a
318 celebração do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. **ENCERRAMENTO:** O Sr. José
319 Armando Fraga Diniz Guerra agradece a presença de todos e encerra a reunião.

320

321

322

José Armando Fraga Diniz Guerra

323

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

Brasília - DF

338

Janeiro de 2014.